

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO PIEMONTE DA DIAMANTINA (BAHIA) NO CONTEXTO DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS

Joelma Silva dos Santos¹

João Phelipe Santiago²

RESUMO

Este trabalho discute a categoria formação socioespacial e seus elementos basilares, aplicada ao contexto da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias – REFAS Piemonte. Foi realizado com objetivo de evidenciar o processo de formação do território Piemonte da Diamantina (Bahia, Brasil) e seus rebatimentos na constituição e espacialização das REFAS. Traz inicialmente, uma breve contextualização da situação geográfica e de sua gênese espacial/territorial, identificando os agentes sociais envolvidos, a produção e comercialização dos alimentos agroecológicos, além das estratégias de organização social coletiva. Assim, engendrou-se uma teorização conexa às categorias de espacialização das redes, perpassando por uma literatura regional. A pesquisa consubstanciou-se em informações empíricas, colhidas *in lócus*, corroborando para a compreensão dialética dos fenômenos geográficos. Portanto, em sua totalidade multiescalar, a formação socioespacial do Piemonte da Diamantina é marcada por momentos que expressam as distintas estratégias de uso desse território, sobretudo as (r)existência das famílias agricultoras que trabalham com a produção agroecológica.

PALAVRAS-CHAVE: formação socioespacial; feiras agroecológicas; território Piemonte da Diamantina.

THE SOCIO-SPATIAL FORMATION OF PIEMONTE DA DIAMANTINA (BAHIA) IN THE CONTEXT OF THE NETWORK OF SOLIDARITY AGROECOLOGICAL FAIRS

ABSTRACT

This paper discusses the socio-spatial training category and its basic elements, applied to the context of the solidary agroecological fairs network – REFAS Piemonte. Intending to highlight the process of formation of the Piemonte da Diamantina territory (Bahia, Brazil) and the repercussions of this formation, in the constitution and spatialization of the REFAS. Starting from the contextualization of the geographic situation and its spatial/territorial genesis, we identified the social agents involved, the production and commercialization of agroecological foods and the strategies of collective social organization. Thus, we engendered a theorization connected to the categories of space production and networks, resulting from orientation, passing through a regional literature, in addition to empirical information collected in field research. Corroborating the dialectical understanding of the geographic phenomena addressed. Understanding them in their entirety (local-regional-national-worldwide), as differentiated and dynamic moments, connected and objectives linked to the insurgency of new forms and socio-spatial dynamics, especially in the context of the Piemonte da Diamantina territory.

KEYWORDS: socio-spatial training; network of agroecological fairs; Piemonte da Diamantina territory.

Introdução

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UNEB – campus IV, Jacobina), Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com ênfase em Recursos Hídricos (IF-Baiano- campus Senhor do Bonfim), Mestre em Geografia (PPGEO/UESB – campus Vitória da Conquista); Bolsista FAPESB. E-mail: joelma1saude@outlook.com

² Doutorado em Geografia (USP), Pós Doutorado em Planejamento Regional e Desenvolvimento Social (UCSAL), Professor Titular no Departamento de Geografia e no Mestrado em Geografia (PPGEO/UESB); Líder do Grupo de Pesquisa ANTHROPOS – CNPq. E-mail: joao.santiago@uesb.edu.br

Entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, sobretudo no contexto do movimento de renovação do pensamento geográfico brasileiro surgiram vários trabalhos, resgatando as categorias geográficas conexas à dimensão social do espaço e do território. Desde então, o uso dessas categorias vem ganhando maior notoriedade e atenção, sendo aplicadas em diversos estudos geográficos (SANTOS, 1978, 1985, 1996, 2014; ANDRADE, 1982, 1995; CORRÊA, 1989; SANTIAGO, 2013, 2021, 2022).

Outrora, o espaço era concebido, majoritariamente, como palco das ações humanas, no qual a ênfase estava na forma das paisagens e das coisas já cristalizadas (SANTOS, 2014). Logo, era atribuído um sentido mais estático e os fenômenos geográficos eram apresentados de forma mais descritiva, sem ater-se devidamente, aos processos ligados a formação econômica e social; conforme destacado por Milton Santos destacou como Formação Social (FS) e posteriormente reafirmou como formação espacial (SANTIAGO, 2022).

Nesse ínterim, vale ressaltar que a problemática regional nordestina, presente na obra central de Manuel Correia de Andradeⁱ, “A Terra e o Homem no Nordeste” (1963), expressou na evolução do pensamento geográfico brasileiro, uma abordagem relevante, quanto ao estudo dos processos da formação econômica, social e territorial, ligados a agricultura camponesa e familiar, evidenciando um cenário contraditório, atrelado aos dois principais modelos de produção agrícola: a agricultura familiar que já se contrapunha a expansão monopolística da agricultura agroexportadora da cana-de-açúcar, ou seja, aquele modelo que se convencionou chamar de agronegócio. Conforme analisado, a referida obra apresenta traços descritivos em sua caracterização geral, no entanto foi além, ao dar destaque social, econômico e político as problemáticas sociais e regionais, numa conjuntura econômica-política controversa (chegando a ser censurada, no contexto da Ditadura Militar, em 1964).

No bojo dessa análise inicial é possível ponderar também, acerca das contradições inerentes ao processo de produção e comercialização de alimentos, presentes no cerne da nossa análise, considerando que o presente estudo discorre acerca das dinâmicas provocadas pela REFAS Piemonte, a partir de sua organização social, contraposta a lógica de produção hegemônica do agronegócio, no âmbito do território Piemonte da Diamantina/BA.

Nesse sentido, buscou-se adotar uma abordagem crítica, à luz das teorizações fundamentais de Milton Santos (1978, 1985, 1996, 2014) sobre as categorias associadas a formação social, que desfecham em formação espacial e seus nexos, sobretudo com as noções de território, redes, lugar. Nesse sentido, a condução desse trabalho fundamenta-se em sua proposta teórico-metodológica (inspirado no materialismo histórico e dialéticoⁱⁱ), sobretudo por considerar sua geograficidade,

sendo, portanto, aplicável ao nosso campo de estudo, no qual a centralidade possui nexos com a dialética do espaço e as dinâmicas sociais, no âmbito da REFAS (como momentos vivos conexos a totalidade).

Nessa perspectiva, a categoria Formação Econômica e Social (FES) adotada por Milton Santos (1978, 1985, 1996, 2014), demonstra através do “princípio da redutibilidade” os nexos com outras categorias, tais como: Estado-nação, território, sociedade, natureza e paisagem, em suas mais variadas escalas. Vale ressaltar que a noção de FES fora evidenciada em uma das principais obras de Marx (“O Capital”, 1867), primordialmente, no prefácio da primeira edição, ao discorrer sobre sua “concepção do desenvolvimento da *formação econômico-social (g.n.)* como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1979, p. 6)

Nessa contextura, Marx se referia ao trabalho social, atrelado aos processos de produção, minuciosamente detalhados em sua obra. Dessa forma, entende-se que essa categoria está no cerne de uma teorização do espaço regional e mundial, como constituinte do método de interpretação da realidade concreta, sendo, portanto, relevante e condizente com as problemáticas sociais e os processos de produção que permeia a formação de determinados espaços.

Assim, o uso da referida categoria nos possibilita compreender também a evolução diferencial da sociedade, através de suas estratégias de organização social, como as redes locais-regionais imersas numa totalidade, bem como em suas partes/frações/momentos, ou seja, considerando as particularidades de cada formação como momentos de sua evolução. Refere-se, portanto, a um “movimento totalizador” (SANTOS, 2014, p.25), sustentado na produção e nos meios pelos quais, mulheres e homens através do trabalho social, criam e transformam o espaço geográfico, evidenciando as contradições inerentes a esse processo.

Nesse sentido, o espaço geográfico pode ser compreendido em seu postulado ontológico, como um constructo decorrente do trabalho social. Logo, o presente também pode ser entendido como resultado do tempo social de trabalho acumulado; o espaço produzido como tempo acumulado. Ou seja, o espaço geográfico é o tempo acumulado não concluído; e em permanente transformação no sentido do devir; “é o princípio da dialética do espaço” em permanente movimento na história da luta de classes. Visto estar permanentemente se transformado em algo novo a partir das determinações e possibilidades dadas. (SANTIAGO, 2022, p. 92)

No bojo desses pressupostos, Santos (1996, 2014) e Santiago (2022) ao discutirem sobre essa questão, nos instiga a apropriarmos-nos desta categoria, a qual optamos por chamar formação socioespacial, aprofundada e aplicada em várias obras de Santos (1978, 1985, 1996, 2014), tendo em vista que esta, emerge da incorporação da dimensão social e espacial em sua base de análise.

A proposição de uso da categoria formação socioespacial, além de conferir sentido geográfico a abordagem (a partir da incorporação da categoria espaço), fundamenta-se no estudo da totalidade e nas especificidades da formação de um determinado território. Dessa forma, o espaço geográfico é concebido em seus múltiplos aspectos e características, desde as suas paisagens diversas até as configurações socioespaciais, decorrentes das atividades humanas mais incisivas. Tudo isso perpassa pelos diferentes modos de produção e modos de vida, que num movimento temporal contínuo, engendram novas organizações e produções do espaço. Assim, ao considerar tal premissa, busca-se com essa análise, romper com a clássica e dicotômica relação sociedade e natureza, concebendo-as como categorias imbricadas. Logo, trata-se de um movimento único, indissociável e contraditório.

O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 1968, p. 516)

Nessa perspectiva é preciso pensar o espaço como totalidade, a partir do processo histórico de formação que permeia a organização espacial, bem como o modo de produção inerente a determinada sociedade. Para isso é importante considerar que a relação espaço-tempo está intrínseca no cerne do processo que dá origem as diversas formas/formações socioespaciais. Cada uma delas representa em essência, um momento de um modo de produção, associados aos modos de vida, considerando que cada sociedade veste a roupa do seu tempo (BUKHARIN, 1972). A ênfase está no processo concreto da história da formação social, nas suas mais variadas escalas e temporalidades.

À luz dessa abordagem, evidenciou-se inicialmente a base fundante em que se constituiu e consolidou espacialmente a REFAS Piemonte, no interior da Bahia. Nesse caminho buscamos uma apreensão da totalidade por meio da formação socioespacial/territorial, que posteriormente nos possibilitarão entender as particularidades de nosso objeto de estudo. Diante do exposto, se fez necessário evidenciar os elementos basilares que interagem entre si e evoluem em forma de rede, obedecendo uma lógica de uso do território, através dos processos de produção inerente a determinado contexto, reverberando na espacialização das feiras agroecológicas do Piemonte.

A situação geográfica da REFAS Piemonte: dos primórdios à atualidade

O contexto histórico de formação do território Piemonte da Diamantina e os rebatimentos de sua formação inicial na constituição e espacialização da REFAS Piemonte na atualidade são o foco desse

trabalho. A discussão apresentada, parte de uma literatura regional, na qual são evidenciados os aspectos marcantes que revelam as especificidades da origem e formação socioespacial desse território. Inicialmente são evidenciadas as características gerais atinentes aos povos originários que habitaram o referido *lócus* (área) de estudo, bem como seus modos de vida, as relações sociais e as condições materiais de produção, espacializadas pelo Piemonte da Diamantina. Essas noções gerais, esses processos “[...] devem ser compreendidas como momentos da análise dialética social e histórica” (SANTIAGO, 2022, p. 92).

Evidentemente, que se trata de um sistema funcional, lógico e interconexo, pois relaciona-se diretamente com a noção de tempo/processo, inerente a categoria mais ampla e aqui enfatizada, que é a formação socioespacial, associada a organização social e produtiva e do uso sustentável do território. “Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”, segundo seu potencial, funções e propriedades relativas aos recursos naturais e de desenvolvimento técnico (SANTOS, 2001, p.96).

Dessa forma, a concepção de território perpassa sobretudo por sua *apropriação e uso* (g.n.). Ademais, cabe salientar que a dimensão econômica em foco, não se restringe ao viés produtivista e economicista, inerente a lógica hegemônica. A ênfase está sobretudo nas relações estabelecidas entre os agentes sociais, além da forma de produção e comercialização de alimentos, de modo a deixar emergir também outras dimensões presentes na essência de tal processo.

Para melhor entender a organização do território foi apresentado uma breve periodização histórica dos acontecimentos que marcaram a formação do Piemonte e reverberaram nas dinâmicas socioespaciais mais recentes, sobretudo na organização e articulação social de famílias agricultoras, em rede (REFAS). A periodização foi compartilhada em três momentos de análise, marcados pelas mais diversas estratégias de uso do território, dando maior enfoque a produção agroalimentar.

- O primeiro momento, corresponde ao período que antecede o século XVII, marcado pela predominante povoação indígena originária e suas práticas tradicionais, enquanto estratégias de uso do território;
- O segundo momento remete a meados do século XVII (conforme registros da historiografia oficial), marcando o início da colonização no sertão jacobinense e o conflito de interesse entre os povos originários e os agentes colonizadores, sobretudo quanto ao uso e apropriação dos bens/riquezas locais.
- O terceiro momento marca a (r)existência social e perpetuação das estratégias de organização coletiva, além da manutenção e reconfiguração da agricultura familiar de base tradicional e ecológica (hoje concebida como agroecologia). Tais práticas são heranças de

um modo de vida e produção da formação inicial conexa aos povos originários e resistência quilombola.

A partir daí, explicitou-se as diferentes faces das estratégias de produção que se instaurou e ainda prevalece em Jacobina e municípios adjacentes. O primeiro momento da referida periodização remete ao final do século XVI, período este, marcado pela massiva presença indígena no sertão norte baiano, especificamente na região de Jacobina (hoje reconhecida como território Piemonte da Diamantina). O segundo momento, refere-se a meados do século XVII, quando sucessivas ocupações ocorreram nesse território, aparecendo assim, os primeiros indícios da chegada de colonizadores em busca de recursos minerais, à exemplo de ouro e esmeraldas.

Nesse contexto, os indígenas originários bem como os agentes colonizadores são concebidos como precursores, sobretudo no que diz respeito a povoação, apropriação e uso do território. Com efeito, revela-se a primeira face da sua formação socioespacial. Esse período foi fortemente marcado pela espacialização das populações tradicionaisⁱⁱⁱ, mais especificamente o grupo indígena Payayá. “Povo originário do Sertão das Jacobinas, no interior da Bahia” (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 1). Sabendo disso, se fez necessário evidenciar essa etapa da formação socioespacial, à luz de um pensamento decolonial^{iv} que descentraliza a lógica colonizadora de dominação do ser e do saber, atentando-se para a outra face dominante da historiografia que invisibilizou esses sujeitos ao longo de décadas. Nessa perspectiva, os fatos foram demonstrados a partir da realidade concreta dos povos que durante muito tempo foram silenciados, subalternizados e oprimidos, perante o colonialismo. Evidentemente que a intenção aqui, não é de aprofundar essa discussão, mas sim instigar uma reflexão acerca desse pensamento. Diante disso, há um destaque para a relevância de enfatizar tais fatos, a partir dessa ótica, tendo em vista que os registros históricos oficiais baiano e regional, por muitas vezes negligenciou a presença indígena dos Payayá e suas contribuições para a formação territorial (LIMA, 2019). Tudo isso revela as marcas dominantes da colonialidade do saber.

Em grande parte desses escritos, os Payayá são apresentados como meros figurantes da história ou ainda como um simples complemento argumentativo para tentar justificar os conflitos de interesses (quanto ao uso desse território) que eclodiram com a invasão colonizadora no Piemonte da Diamantina, no segundo momento de sua formação. Um estudo realizado por Santos (2021), discorre e pontua sobre o mapeamento das invasões europeias em territórios indígenas no leste-sudeste do Brasil no século XVI e XVII. Entre as várias frentes de colonização que ocorreram ao longo desse período, destaca-se:

A frente baiano-sergipana, apesar de também ser garimpeira, era mais conhecida como implantadora de currais, pecuarista. Ela subiu os rios Itapicuru, Vaza-Barris e São Francisco,

até atingir os campos gerais das Chapadas. Ambas se encontram no médio-alto curso do São Francisco, no final do séc. XVII (SANTOS, 2021, p. 14).

Ao observar esse mapeamento, percebe-se que nesse período os indígenas Payayá espacializam-se na região Centro Norte da Bahia, mais precisamente nas imediações de Jacobina, conforme evidenciado no mapa ilustrativo que segue representado (figura 1):

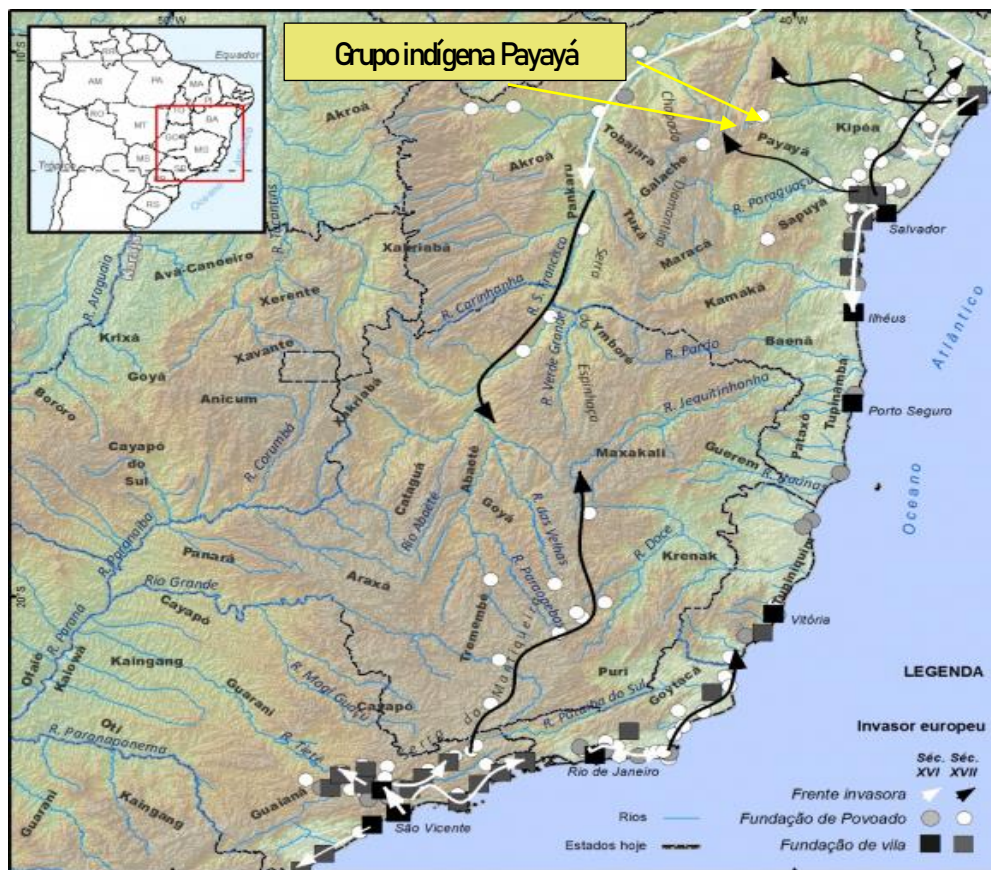


Figura 1: Localização do grupo indígena Payayá no contexto das Invasões europeias em territórios indígenas no leste-sudeste do Brasil, séc. XVI-XVII.

Fonte: SANTOS, 2021. Adaptação de SANTIAGO, J. P.2022.

É preciso superar a lógica do pensamento colonial acerca da povoação e formação socioespacial do Piemonte da Diamantina, tendo em vista a importância dos povos originários. É por assim entender que se justifica a ênfase direcionada a essa abordagem, numa tentativa desestigmatizar a velha ideia de que esses povos representaram uma ameaça letal à colonização, bem como a apropriação das riquezas interioranas, entorno de Jacobina. Para esse grupo social o interesse comum permeava a manutenção de sua existência, além do direito de habitar e permanecer em seu território, como terra natal. É possível perceber isso, a partir das narrativas expressas em alguns trabalhos que ao revelarem parte do modo de vida e das relações estabelecidas entre os Payayá, explicitam também a estreita interação, interdependência e conexão direta com a natureza (exterior), ao concebê-la como um bem sagrado, místico e essencial a manutenção da vida humana (indissociáveis), como podemos perceber:

Os Payayá ocupavam as terras mais férteis do Sertão das Jacobinas, o que decerto atraiu os colonos para aquela área. Eles possivelmente cultivavam diversos gêneros alimentícios como o feijão, milho, amendoim e abóbora (vegetais que exigem ciclos de curta duração de três a cinco meses entre o plantio e a colheita), a mandioca e o apim (ciclos de longa duração, de um a três anos), a batata-doce (ciclo perene) e o cará ou inhame (ciclo médio), além de caçarem veados, porcos do mato, cascavéis, surucucus e coletarem umbu, mandacaru, xiquexique e mel de Mandassaia. (OTT,1993 apud SANTOS; SANTOS, 2020, p. 5).

Tal discurso expressa de maneira sucinta, o modo de vida desse grupo indígena, centrado exclusivamente numa relação interdependente e de troca, ao cuidar e manejar a terra de maneira racionalmente ecológica, assegurando a conservação do bioma e da biodiversidade natural. A realização de tais atividades se dava por meio da caça, extrativismo e uso do solo, através da agricultura, com o cultivo e colheita de diversos gêneros alimentícios para o autoconsumo. Ademais, extraíam da natureza outros elementos essenciais para a manutenção das suas necessidades vitais e espirituais; a organização coletiva em aldeamento também é uma característica marcante, quanto ao modo de vida desse grupo social. Outras evidências também fundamentam nossa afirmação:

Quando da chegada dos colonizadores nas diversas partes do Brasil, havia uma densa floresta formando um ecossistema que se estendia do litoral em direção ao interior, o qual era ocupado por milhões de indígenas que utilizavam a terra de forma comunitária, extraíndo material para construção de abrigos, alimentos, remédios e cultivo. Para tais atividades, os indígenas abriam pequenas clareiras nas florestas para realizar o policultivo (ZAMBERLAM, 2012, p. 10)

No que tange a espacialização e uso do território, percebe-se que os indígenas buscavam se fixar em lugares de posição e valor estratégico, de modo a usufruir de sua propriedade e sobretudo de modo que lhes assegurassem as condições de produção necessárias a manutenção de existência. Quanto a isso, “a noção de propriedade tem um sentido funcional, ligado não somente ao valor de uso, mas, sobretudo, ao valor estratégico da situação geográfica, em relação com as possibilidades articuladas no território” (SANTIAGO, 2013, p. 111), levando em consideração seus diferentes interesses, formas de apropriação e uso.

Entretanto, com a expansão da colonização para o Piemonte da Diamantina houve uma tentativa de sufocamento da cultura tradicional dos Payayá, bem como da forma de produzir, inerente ao referido grupo. Nesse sentido, Santos (2014) destaca que na formação socioespacial, vai imperar uma tentativa de sobreposição de distintos modos de produção, porém a composição dessas novas formas, nem sempre vai extinguir as formas já existentes. Em suma o que acontece é uma reconfiguração na forma original, através da incorporação de novos conteúdos. No que tange as manifestações dominantes do poder colonizador, vale salientar que grande parte dos registros oficiais afirmam que Jacobina tem origem, a partir da chegada dos portugueses/colonizadores e concomitantemente, com início das atividades pecuaristas e de extração de minérios que adentraram o sertão das Jacobinas (LEMOS, 1995).

Datada nos primórdios do século XVII o início do devassamento do território de Jacobina por aventureiros em busca de ouro. Foram os primeiros povoadores da região Melchior Dias Moreira, Antônio Brito Correia e mais tarde os Guedes de Brito. Estes últimos, acompanhados de vários colonos e escravos, dedicaram-se a agricultura e a criação de gado. O desenvolvimento destas atividades e a alta produção de ouro das minas determinaram a criação de um arraial a margem do Itapicuru-Mirim, onde, rápida, mas desorganizadamente, reuniu-se uma população bastante heterogênea. (IBGE, 1962)

Há nessa narrativa uma legitimação do que fora evidenciado anteriormente, quanto a tentativa de apagamento da importância da cultura indígena na formação do território, de modo que tais registros oficiais foram produzidos e reproduzidos, disseminando a antiga ideia de origem, a partir da interiorização e chegada dos europeus no sertão norte baiano. Outro fato também negligenciado e/ou tratado vagamente é a contribuição do povo africano, que escravizados formam oprimidos e sujeitados a servir de força de trabalho para substanciar a produção de riquezas para a coroa, sobretudo nos garimpos de pedras preciosas, no Piemonte da Diamantina.

Nesse sentido, o que motivou o deslocamento dos bandeirantes do litoral para o interior do sertão jacobinense, levando-os a se estabelecerem por essas terras foi o interesse em explorar as riquezas naturais (ouro, esmeraldas e fontes hídricas, por exemplo) predominantes e conseqüentemente expandir também outras atividades, a exemplo da pecuária (LEMOS, 1995). Com isso, contribuir com a lógica de reprodução do capital, sobretudo através da supervalorização da mercantilização colonial, que teve início no litoral e logo depois se expandiu para as terras interioranas. Esse deslocamento se deu através das rotas à montante dos rios e vales, ampliando a hinterlândia.

Sabe-se, por meio da historiografia estudada, que os bandeirantes não tinham uma geopolítica pacífica, mas sobrepujavam os povos que não se adaptassem aos seus interesses comerciais e territoriais. Os conflitos e o choque de culturas, entre o grupo indígena Payayá e os colonizadores aconteceram ainda em meados do século XVII (LIMA, 2019). Uma vez que Jacobina, delineada de uma forma espacial aprazível, com suas serras tipicamente características (figura 2), bem como, uma situação geográfica privilegiada do ponto de vista fisiográfico, por sua diversidade de recursos naturais, atraiu olhares e interesses do bandeirantismo português.



Figura 2: Paisagem urbana da cidade de Jacobina-BA na atualidade.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacobina, 2021.

A consolidação desse projeto colonizador se deu ancorada num processo perverso de exploração da força de trabalho humana (escravização), além da exploração do conhecimento estratégico sobre o território e dos saberes tradicionais atinentes as práticas agrícolas desenvolvidas até então, pelos povos originários. Foi sob esse viés que os colonizadores travaram uma guerra contra os indígenas, bem como contra a população negra, originária da África, culminando em extermínio massivo, dominação e/ou subalternização (escravizando) daqueles que lutaram em defesa de sua liberdade e permanência em seu território (SANTOS; SANTOS, 2020). Concomitante a invasão colonizadora, houve resistência e embate direto, em outras palavras, uma luta de (r)existência pelo direito de ser, viver e produzir ou mesmo o direito de uso e permanência no Piemonte da Diamantina.

Conforme elucidado, esse conflito acabou culminando numa guerra massiva de extermínio, expropriação e aculturação, inserindo aí, as perversas cicatrizes do silenciamento e apagamento histórico da população subalternizada, ou seja, os povos originários, Payayá e também do povo negro, originários da África. Para além disso, a população que sobreviveu a esse massacre (ao resistir a tortura da escravização, fizeram isso sobretudo para assegurar a manutenção do modo de ser, viver e produzir) se deslocaram, buscando refúgio em lugares mais longínquos, afastados da área ocupada pelos colonizadores. Foram nesses espaços que se constituíram muitos quilombos e novos povoados indígenas, onde atualmente vivem os remanescentes dessa ancestralidade resiliente. “Vale ressaltar que as fugas diante do bandeirantismo e das estratégias de sobrevivência e permanência produziram novas rotas, tanto para indígenas como para negros, durante a ocupação do Piemonte” (JESUS, 2019, p. 65).

Nesse contexto, delimitamos o terceiro momento de nossa análise que compreende o final do século XIX até o contexto atual (século XXI), marcado (r)existência social dos povos tradicionais e

sua reprodução no Piemonte da Diamantina, desde a constituição dos mocambos e quilombos nas áreas de mata fechada, por entre as Serras de Jacobina. A nova territorialização para esses espaços tornou-se fundamental para a sobrevivência e manutenção desses povos ao longo dos últimos séculos. Portanto, a reconfiguração atual, intrínseca a incorporação de estratégias de organização coletiva revela a resistências das bases locais e a perpetuação da agricultura familiar de base tradicional e ecológica (hoje concebida como agroecologia).

“Do final do século XIX para meados do século XX, era muito comum o estabelecimento ou a organização de povoados negros e indígenas em torno de famílias agrupadas, frutos destes movimentos e relações” (JESUS, 2019, p. 42). Um caso específico que usamos como exemplo e que retrata bem os fatos apresentados é o da origem da comunidade quilombola de Coqueiros no município de Mirangaba (pertencente ao território Piemonte da Diamantina):

Segundo as narrativas dos moradores, os habitantes de Coqueiros estão na região desde a segunda metade do século XIX. Durante este século ocorreram várias fugas de escravizados na região de Jacobina. Perguntamos se essas pessoas estavam fugindo da escravidão, se eram escravos. Socorro nos respondeu: ‘foi contendas, foi fugindo da escravidão’, e mais adiante complementou: ‘buscam a liberdade, né? Buscam a liberdade como aqui no Coqueiros conseguiu, né?’. A memória retorna ao ano de 1860, período escravista, momento de grandes tensões, fugas e resistências; e Coqueiros aparece nesse cenário, com quatro escravos fugidos, buscando liberdade, nessas serras e matas da região. (MIRANDA, 2018, p. 2)

Da nova espacialização dos povos escravizados, ergueram-se vários quilombos espalhados por diversos municípios do Piemonte da Diamantina. A resistência histórica desse grupo social culminou na continuidade e preservação de suas tradições e da sua ancestralidade, entretanto, houve também a incorporação de outras estratégias de sobrevivência apreendidas dos colonizadores, enquanto estiveram sob a opressão escravista. Tudo isso moldou e orientou a formação dos quilombos. A população quilombola dedicou-se majoritariamente a agricultura familiar e comunitária, com a finalidade de produzir para o autoconsumo.

A forma do território Piemonte da Diamantina, esculpido naturalmente numa zona rochosa, agraciada com uma diversidade de recursos naturais, está circunscrita entre matas, serras, vales e rios. Essa estrutura, além de propiciar o desenvolvimento da agricultura tradicional indígena e a implantação de uma estrutura colonial mercantil, contribuiu também para as fugas e assentamentos dos quilombos, sobretudo por entre as serras, nas áreas de difícil acesso, que estrategicamente favoreceu o refúgio dos povos que resistiram as investidas de aprisionamento do seu modo de ser e existir (figura 3).



Figura 3: Serras e vale da comunidade quilombola Grota das Oliveiras no município de Saúde/BA.

Fonte: SANTOS, Joelma Silva dos, 2020.

Em perspectiva, ao contexto brevemente explicitado, cabe-nos considerar que os distintos modos de vida e as relações sociais de produção dessas culturas, evidenciados no cerne da formação socioespacial do Piemonte da Diamantina, exprime uma heterogeneidade de interesses, sobretudo quanto ao uso desse abastoso território. No entanto, as contradições existentes, escancaram-se e se caracterizam como um diferencial preponderante e inerente a esses grupos sociais.

Enquanto na formação inicial predominava a base tradicional de trabalho social para fins de produção e reprodução da vida em comunidade (a partir de uma relação intrínseca com a natureza), na formação secundária, ou seja, aquela que se deu a partir da interiorização da colônia, se instaura uma lógica produtivista colonial para atender prioritariamente interesses comerciais, na qual os recursos naturais são convertidos em produção de riquezas. Com isso, contrariando a forma já existente; vai sendo instalada uma formação territorial contrária aos modos de vida dos povos originais, telúricos.

Para Santiago (2022), esses fatos precisam ser apreendidos a partir desse contexto mais amplo que revela as especificidades de uma totalidade viva e complexa, em permanente transformação. Para isso, é preciso entender o passado e o presente como causalidade e contradição, onde as particularidades do momento presente são desdobramentos desse movimento totalizador que remete a formação socioespacial do território estudado.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o território de identidade Piemonte da Diamantina tal como reconhecemos hoje, trata-se de um novo modelo de regionalização que compreende os

municípios baianos de Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Várzea Nova, Umburanas, Ouroândia, Miguel Calmon e Serrolândia. Refere-se, pois a uma ação estratégica de planejamento, recentemente adotada pelo governo do estado da Bahia. Foi instituída por meio do Programa Territórios de Identidade^v, através do Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, com o objetivo de planejar ações de maneira coletiva e participativa, além de promover a coordenação e acompanhamento das políticas públicas implantadas no âmbito territorial/regional.

Os TIs, entendidos como unidades de planejamento do Estado da Bahia, consideraram diferentes aspectos nas suas delimitações territoriais, valorizando critérios sociais, culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, além de atrelar a essas dimensões a ideia de pertencimento, com o reconhecimento dos indivíduos enquanto membros de um espaço coletivo, historicamente construído, e ao qual pertencem identitariamente. (FIGUEIREDO, 2020, p. 71)

Na área de abrangência territorial, o município de Jacobina se destaca por ter sido, desde os primórdios, núcleo de influência que atraía os bandeirantes/colonizadores que se deslocaram do litoral para o sertão norte baiano, em busca de suas riquezas minerais. Sua influência também se explica em função dos sucessivos deslocamentos em massa que se deu pelos caminhos da mineração, mais precisamente pela rota Jacobina - Rio de Contas, via estrada Real.

Essa rota também acessava outras regiões do país, a exemplo de Minas Gerais. Isso representou a configuração de uma nova ordem de movimentação colonial, relacionada aos interesses comerciais, despertados naquele contexto (JESUS, 2019). Tais fatos reverberaram em novas relações de produção, fundamentadas num modelo produtivista, centrado na exploração desenfreada da natureza, com objetivo de acumulação de riquezas. Ademais, o desenvolvimento e expansão da pecuária representou uma mudança profunda no que concerne ao modo de vida dos povos originários. A partir da intensificação e crescimento de ambas atividades, novas povoações e vilas se formaram, dando origem aos municípios que atualmente compreendem o território de Identidade Piemonte da Diamantina (FIGUEIREDO, 2021).

Desde então, o referido território tem sido objeto de diversos estudos, pois possui um relevante patrimônio histórico-cultural, desde as ocorrências já evidenciadas até a “a presença de antigos casarões, igrejas centenárias, ruínas, sítios históricos e arqueológicos e a Estrada Real - caminho oficial, único autorizado para a circulação de pessoas e mercadorias no período colonial” (PTDS, 2017, p. 16). Essas territorialidades podem ser consideradas como patrimônio histórico, cujo resgate nos possibilita elucidar e compreender as dinâmicas decorrentes da formação socioespacial, incluindo a continuidade da vida social indígena dos Payayá que no período inicial da formação do Piemonte, resistiu as investidas dos agentes colonizados e desde século XVII foram dados com dizimados.

Entretanto, estudos recentes confrontam a historiografia oficial e revelam sua existência, que lutando pela sobrevivência se dispersaram por outras partes da Bahia. À saber, evidencia-se a presença indígena dos Payayá na atualidade, uma vez que vivem na aldeia Payayá, localizada no povoado Cabeceira do Rio, pertencente ao município de Utinga, na região da Chapada Diamantina/BA (LIMA, 2019). Nesse sentido, entendemos a atual conjuntura de organização territorial do Piemonte da Diamantina como desdobramento de uma estrutura socioespacial, fundamentada em distintos interesses que, em certa medida, ainda se opõem. De modo mais específico, esse trabalho busca dar relevo ao trabalho de produção e comercialização de grupos sociais que trazem em sua gênese de formação, heranças de uma formação territorial do passado, centrado numa base tradicional de organização social, de produção e interação holística do cotidiano com a natureza (SANTIAGO, 2016, 2021). Dessa forma, continuam a resistir, como expressão de luta social, opondo-se e apresentando-se como uma alternativa a lógica de produção dominante.

Produção, comercialização e estratégias de organização social das famílias agricultoras agroecológicas do Território Piemonte da Diamantina/BA

Como testemunho do passado, hoje se perpetua no Piemonte da Diamantina, atividades agrícolas nos moldes da agricultura praticada pelos povos originários (Payayá), durante o processo de formação desse território. Mesmo com toda intervenção colonial sofrida, a partir de uma tentativa de supressão cultural, a formação produtiva e social anterior ainda resiste, porém com novos conteúdos, incorporados e adaptados à realidade concreta do presente.

As marcas da resistência e permanência de modos de vida e produção está expressa nas comunidades que se ergueram sobretudo nas zonas de refúgio, quando fugiam da pressão colonizadora. Essas novas formas são observadas atualmente nas comunidades remanescentemente indígenas e quilombolas espalhados pelo Piemonte da Diamantina.

São nesses lugares que se mantem majoritariamente preservadas, características de organização comunitária, de trabalho coletivo, de produção alimentar, prioritariamente para o autoconsumo das famílias, as relações de solidariedade e práticas culturais que propiciam o uso e a otimização dos recursos naturais, de maneira racional.

São esses agentes sociais que substanciam o nosso trabalho, legitimando a essência de seu modo de produção (produção propriamente dita, circulação e consumo) e organização social. Mesmo fisicamente isoladas, a referida população começa a se organizar e fortalecer suas práticas através

da articulação social coletiva, em rede. Nesse sentido, trataremos de maneira mais específica da REFAS Piemonte, focalizando sobretudo em suas especificidades, concernentes a produção, a circulação, a comercialização dos alimentos produzidos por agricultoras/es familiares, bem como suas estratégias de organização coletiva, tendo em vista que trabalham numa perspectiva integradora de saberes e práticas agroecológicas.

Esse grupo social, alvo dessa pesquisa, segue resistindo as investidas do modo de produção dominante, que se espacializou pelo Piemonte da Diamantina, através das atividades de mineração e pecuária, centradas na produção de riquezas para a metrópole colonizadora. Trata-se de uma forma de produção herdada da agricultura tradicional que se contrapõe à lógica perversa de produção capitalista (herdada da agricultura colonial, centrada no lucro e exportação comercial), uma vez que não se sustenta pela lucratividade, em descompasso com a exploração desenfreada da natureza.

No Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) e em outras áreas de produção, a família de José Nilton (figura 4) - conhecido como Zé Moto Jegue - e Darticleia Oliveira cultiva mandioca, milho, feijão, verduras e frutíferas diversas, na roça que fica na comunidade Almas. Os alimentos que produzem são comercializados na Feira Orgânica Chão Verde desde 2007. Darticleia se divide no trabalho da roça e cidade, onde é professora. Os Olhos, Gustavo e Bruno que estudam em Miguel Calmon/BA, aprendem com os pais como realizar o plantio em quadras de acordo com a lua, uma técnica ancestral que indica as condições favoráveis para o desenvolvimento das culturas. A família também cria aves, suínos e gado, aproveitando seus resíduos, junto a outras fontes de matéria orgânica. (REFAS, 2018)



Figura 4: Família de José Nilton e Darticleia de Miguel Calmon/BA.

Fonte: REFAS, 2018.

A base de trabalho dessas famílias concentra-se na produção de alimentos agroecológicos prioritariamente para o autoconsumo e posteriormente para a comercialização no mercado direto, especificamente nas feiras agroecológicas locais. Vale ressaltar que os alimentos produzidos por esse grupo social são concebidos como mercadoria, a partir do momento em que passa a ser comercializados, de modo a garantir a produção de rendimentos, a manutenção familiar e uma melhor qualidade de vida. Além dessas características, na agricultura agroecológica os saberes tradicionais populares são extrema importância para o seu desenvolvimento:

O conhecimento em relação a melhor época de plantar determinadas espécies, como por exemplo: O feijão de corda (feijão caupi) e a melancia que geralmente são cultivados no verão (épocas de trovoadas) entre os meses de outubro a janeiro, devido à distribuição pluviométrica, além da temperatura ser mais favorável ao desenvolvimento dessas culturas. Esses conhecimentos são passados de geração em geração, sem precisar necessariamente de nenhuma orientação técnica especializada para implantar tal prática. (SANTOS, 2017, p. 26)

O saber tradicional se fundamenta como o resultado das experiências vividas e do trabalho acumulado socialmente, ao longo do tempo. Com isso, a memória coletiva se reproduz no tempo e no espaço, como reflexo de um modo de produção e de vida inerente a formação socioespacial anterior. Além desses traços herdados da agricultura dos povos originários, a maneira como se dá a produção de alimentos nesse modelo de agricultura, revela ainda a manutenção de um modo de vida orientado pela solidariedade. Quanto a isso, é pertinente destacar as ações coletivas/ancestrais que se dão no âmbito do trabalho comunitário, como é o caso do povo quilombola da comunidade Grota das Oliveiras, no município de Saúde, Bahia.

Nessa comunidade é comum presenciar a prática de mutirões. Atividades impulsionadas pela força de trabalho coletivo, desempenhada gratuitamente por um grupo social, a fim de acelerar o tempo de conclusão e dinamizar a lida, que mesmo árdua se torna mais eficiente do ponto de vista produtivo e mais interativa do ponto de vista da sociabilidade. “A ajuda mútua, típica prática de solidariedade na Grota das Oliveiras também se configura como um fator primordial no que concerne a divisão social do trabalho, uma vez que tais famílias se organizam de forma cooperativa e participativa.” (SANTOS, 2017, p. 43)

Ademais, concebemos a produção agroecológica como a representação de um posicionamento político e socioespacial de uma parcela da sociedade que acredita e defende uma lógica de produção de alimentos, sustentada na conservação e manutenção de uma estrutura equilibrada, além de dinâmica entre todos os elementos da natureza. Dessa forma, é possível contribuir também para uma melhor qualidade de vida, onde a dimensão maior é o bem-estar coletivo e a saúde humana. Isso só é possível por que a agroecologia, como prática e movimento, substancia a produção e consumo de alimentos livres de agrotóxicos e cultivados, levando em consideração o princípio comum da responsabilidade socioambiental coletiva.

Assim, evidenciamos as atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras que trabalham nessa mesma perspectiva de produção no Piemonte da Diamantina. Essas famílias, além de produzir alimentos para o autoconsumo, também leva parte excedente da sua produção para ser comercializada nos centros urbanos, na maioria das vezes na sede dos municípios. Entretanto, até meados de 2002 no território Piemonte da Diamantina, ainda não haviam indícios (registros) de

organização coletiva, em torno da estruturação de um espaço próprio e exclusivo para exposição e comercialização de alimentos da agricultura familiar agroecológica.

Um dos primeiros registros que mencionam sobre esse fato, faz referência ao ano de 2003 como o início de um processo de mobilização social entre famílias agricultoras e alguns técnicos de instituições que atuavam com assistência do município de Jacobina (BRASILEIRO, 2013). Essa primeira iniciativa esteve voltada para a fundação da Associação das Produtoras e Produtores Agroecológicos de Jacobina – APAEJ, fundada em 2003, com o objetivo de melhorar a organização social das famílias agricultoras, além de suas unidades locais de produção. Com isso, propiciar o escoamento da produção local, que anteriormente era comercializada apenas na feira livre convencional (CEASA) e sem distinção aparente dos alimentos convencionais (oriundos do agronegócio cultivados com uso intensivo de agrotóxico e outros pesticidas).

Nesse processo inicial as famílias participantes da APAEJ buscaram apoio, junto as organizações que já atuavam com trabalhos de base e com assistência técnica rural. A Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte da Diamantina – COFASPI foi uma das principais incentivadoras dessa ação, mobilizando outros parceiros que se engajaram de maneira colaborativa. O Movimento de Organização Comunitária (MOC), a prefeitura do município de Jacobina e também o Banco do Nordeste se tornaram apoiadores dessa iniciativa, a fim de fomentar a concretização de um espaço específico e exclusivo para a comercialização da produção agroecológica.

A etapa que antecedeu o início das atividades de comercialização direta na primeira feira agroecológica de Jacobina foi a divulgação nas rádios locais, publicizada pelos próprios participantes, acompanhados por uma parcela da sua rede de apoio, ou seja, a equipe técnica que os assessorava. Essa iniciativa corroborou para a disseminação da “campanha” para o consumo consciente, sobretudo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e emanados de uma responsabilidade socioambiental coletiva. Com efeito, esse grupo social almejava sensibilizar e atrair o público consumidor para conhecer, adquirir e consumir os alimentos por eles produzidos. *A posteriori* esse público consumidor, vai tornar-se parte integrante dessa rede geográfica. (SANTOS; SANTIAGO, 2021, p. 10)

Esse conjunto de esforços e ações coletivas reverberaram na articulação de toda essa rede, em torno de um objetivo comum que foi a constituição da primeira Feira Agroecológica de Jacobina (unidade local de comercialização). A materialização desse espaço, aconteceu no dia 24 de dezembro de 2004, na Praça Getúlio Vargas, próximo à Praça da Matriz, no centro da cidade. Inicialmente a feira agroecológica acontecia todas as quartas-feiras, das cinco horas da manhã ao meio dia. Atualmente essa frequência aumentou para dois dias na semana, sendo realizada as quartas e sextas-feiras no mesmo horário e lugar.

Nesse contexto o município de Jacobina que se destacou inicialmente como núcleo da formação socioespacial e agora se destaca novamente no cenário regional como município pioneiro na

implantação de espaço próprio para comercialização direta de alimentos agroecológicos no âmbito do território Piemonte da Diamantina. A consolidação dessa iniciativa motivou a constituição de outras novas feiras agroecológicas, especializadas pelos demais municípios do território.

Embora esses espaços de comercialização tenham como objetivo disponibilizar e incentivar o consumo de alimentos mais saudáveis, ainda é um desafio atingir, amplo público consciente de tal importância. De acordo com a percepção das famílias agricultoras, as feiras livres convencionais (CEASA) e os supermercados, onde majoritariamente são apresentados alimentos oriundos do agronegócio, ainda são os espaços mais frequentados pela população consumidora. Leva-se em consideração a comodidade de encontrar tudo que precisa em um só lugar e isso garante ao mercado dominante, maior visibilidade que as feiras agroecológicas.

Historicamente existe um movimento desigual acerca do acesso desses mercados e os distintos interesses estão intrínsecos na gênese da formação socioespacial desse território. Entretanto, a população do campo tem resistido e buscado estratégias para superar a lógica de supressão capitalista. Uma possibilidade foi a disseminação do saber e sensibilização para a importância da produção agroecológica entre as famílias agricultoras do Piemonte, de modo a incentivar a articulação social, em rede.

Nesse contexto a COFASPI destacou-se enquanto instituição parceira e incentivadora, atuando no âmbito territorial, como proponente de projetos de fortalecimento das práticas agroecológicas. Convênios foram firmados com instituições públicas estaduais e federais, dentre eles o projeto que deu origem a REFAS. Tais ações aconteceram de forma dialógica e participativa, junto as famílias que já recebiam assessoria técnica da referida instituição. Esse cenário remete a importância das políticas públicas voltadas para esse setor, sendo imprescindíveis para possibilitar a superação de gargalos estruturais, concernentes a valoração da agricultura familiar agroecológica e práticas socioculturais atinentes ao grupo em evidência.

Por conhecer a dinâmica de trabalho das famílias agricultoras, a COFASPI cumpre o importante papel de mediar as ações do Estado, fazendo com que as políticas públicas cheguem efetivamente a esse grupo social. Com isso é possível fortalecer a base organizativa, produtiva e comercial da REFAS, de modo a preservar sua essência original e tornando-a cada vez mais resistente as investidas de sujeição capitalista.

Nessa perspectiva foi criado em 2011 o “Projeto de promoção e Fortalecimento das Feiras Agroecológicas Solidárias no Território Piemonte da Diamantina - Estado da Bahia” que deu origem a REFAS Piemonte. Criado e executado pela COFASPI, através de convênios com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte/Superintendência de Economia Solidária da Bahia –

SETRE/SESOL/BA, bem como o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. As primeiras iniciativas de feiras agroecológicas no território Piemonte da Diamantina aconteceram respectivamente nos municípios de Jacobina (2004) e Miguel Calmon (2007). Como desdobramento, a partir de 2012, ou seja, cinco anos depois começam a se constituírem novos espaços de comercialização nos demais municípios que integram o Piemonte.

Nesse contexto, configurou-se a REFAS Piemonte – uma rede territorial que conecta diferentes agentes sociais, tanto do espaço rural quanto do espaço urbano, ambos em torno da produção, circulação e consumo de alimentos, oriundos da agricultura familiar agroecológica.

A espacialização desses agentes sociais se dá nas diversas comunidades rurais dos municípios de Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Serrolândia, Miguel Calmon, Várzea Nova e Ouroilândia e Umburanas (figura 5).

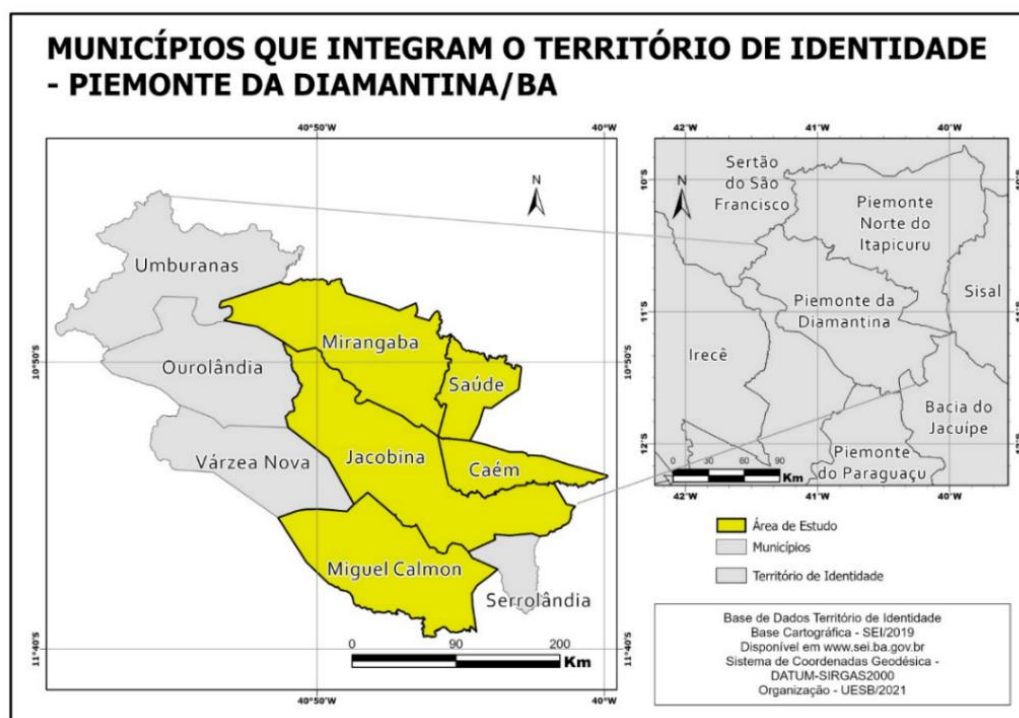


Figura 5: Delimitação espacial do território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.

Organização e elaboração: SANTANA, Fabrício; SANTOS, Joelma Silva dos, 2021.

Em meados de 2012, o coletivo de famílias agricultoras do Piemonte da Diamantina passa a se autodenominarem como rede, tendo em vista sua forma e estrutura organizacional. Desde então, passaram a ser popularmente chamado de Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte ou REFAS Piemonte. Tudo isso aconteceu depois da realização de sucessivos cursos formativos, oficinas, encontros e intercâmbios, mediados pela COFASPI. Essas atividades faziam parte da base estruturante e do plano de trabalho do “Promoção e Fortalecimento das Feiras Agroecológicas Solidárias no Território Piemonte da Diamantina - Estado da Bahia”, celebrado entre COFASPI e

SETRE/BA através de convênio. Tratava-se, pois de um projeto de dois anos, cujo objetivo geral inteirava-se em:

Criar e promover feiras locais de produtos de base ecológica e orgânicos fortalecendo-as, a partir do desenvolvimento das ações de assessoria técnica e organização de agricultores familiares, de jovens e mulheres de forma articulada com outras organizações governamentais e não-governamentais, facilitando o acesso a mercados locais estruturados de alimentos agroecológicos, aumentando a renda dos agricultores familiares, garantindo o fornecimento de alimentos saudáveis para a população urbana e rural. (COFASPI/SETRE, 2011. P. 4)

Nesse sentido, as feiras agroecológicas de Jacobina e Miguel Calmon fundamentaram o planejamento de ações de expansão e disseminação dessa iniciativa em outros municípios. Dentre as ações projetadas estavam as mobilizações territoriais, os cursos de capacitação que acontecia esporadicamente em cada um dos municípios, bem como nas comunidades rurais; além dos encontros mensais que se concentravam na cidade de Jacobina, na sede da COFASPI.

Durante as atividades haviam momentos místicos, voltados para a expressar coletivamente e individualmente a espiritualidade dos participantes, café da manhã comunitário, discussões sobre estratégias de produção, troca de saberes e aprendizados, além da socializarem experiências, voltadas para o modo de vida, a fim de fortalecer as relações de solidariedade e senso coletivo.

Nesse contexto de formação da REFAS Piemonte, a dinamicidade e organicidade do coletivo é tão marcante que se fez necessário a formulação de um regimento interno, contendo normas gerais e atribuindo objetivos, ações, direitos, deveres, bem como sua estrutura e gestão. O modelo de regimento interno adotado pela rede territorial também serviu de parâmetro para os grupos locais. A REFAS se consolida como organização social, respaldada em estrutura organizacional mais contemplativa, na qual sua composição se dá por uma diretoria, com coordenadora, secretária e tesoureira, além de seus respectivos membros internos.

Considerações finais

A aplicação da categoria formação socioespacial enquanto abordagem teórico-metodológica se fez elementar para compreender e explicar os processos sociais que envolve a organização coletiva e a reprodução da agricultura familiar de base tradicional e ecológica, no território Piemonte da Diamantina (engloba Jacobina e municípios adjacentes), desde o contexto inicial de sua formação até a atualidade. Diante disso, o caminho esboçado para a elucidação de tal processo se deu por meio de uma breve periodização/temporalização dos principais momentos que marcaram a formação e uso desse território.

A periodização foi demarcada em três momentos: o primeiro momento que marcou a formação socioespacial do Piemonte, refere-se ao uso tradicional do território para fins de reprodução social e do modo de vida e cultura dos povos originários – Payayá (como estratégia para a manutenção de seu modo de ser, viver e produzir). O segundo momento, marca os conflitos de interesse, quanto ao uso do território, a partir da chegada dos agentes colonizadores/bandeirantes. Essa relação conflituosa, decorrente da imposição da força colonial, numa tentativa de dominar essa região e explorar/apropriar as riquezas naturais existentes, a exemplo de ouro e outros minerais preciosos; além da expansão da pecuária para o interior jacobinense, como forma de domínio territorial. Diante dessa tensão, houve embate direto/batalhas com os povos indígenas originários, culminando em extermínio, expulsão e/ou dominação/posse territorial. O terceiro momento que marcou nossa periodização remonta século XIX em diante, contexto sobre os primeiros registros de formação dos quilombos e povoações indígenas em meio as matas, longe do alcance do bandeirantismo. Esse período marca as primeiras estratégias coletivas de (r)existência social contra-hegemônica no território Piemonte da Diamantina.

Dessa forma, ao evidenciar grande parte dos processos que permearam a gênese de formação socioespacial e demais momentos de sua evolução, nos foi possível reconhecer (nos momentos/frações) as especificidades atinentes as estratégias de uso e valorização desse território, em nexos a totalidade. Assim, compreendemos as particularidades desses movimentos como substanciais a tais processos espaciais. Nesse sentido, buscamos focalizar nesse trabalho as particularidades inerentes a força/potencialidades das bases populares locais, sobretudo dos povos que consubstanciaram sua formação socioespacial. Desde então, os lugares entorno de Jacobina tem representado um relevante espaço das (r)existências e lutas sociais, sobretudo pela manutenção do modo de ser, viver e produzir. As famílias que vivem do cultivo da terra, ou seja, as famílias agricultoras têm reproduzido ao longo de gerações, práticas agrícolas de base tradicional, semelhante àquelas praticadas pelos povos originários que habitaram nesse território no contexto inicial de sua formação.

Na contemporaneidade a reprodução dessas práticas, modo de vida e tradições culturais vem reverberando em novas estratégias de uso sustentável do território para a produção agroalimentar. Nesse sentido, entendemos que a predominância desse modelo de produção agrícola no Piemonte da Diamantina representa hoje uma nova estratégia de (r)existência para manutenção e permanência de um modelo de agricultura familiar, cuja base é tradicional e ecológica. De maneira articulada pela REFAS em forma de redes de circulação e comunicação. A maior parte das características herdadas dos povos tradicionais está relacionada a produção agroalimentar, preponderantemente para o

autoconsumo, o uso da força de trabalho familiar e comunitário, as relações de solidariedade, bem como uma maior relação de autocuidado, consigo, com o outro e com a natureza exterior, corroborando assim, para a manutenção da sociobiodiversidade.

Referências

ANDRADE, M. C. de. Jundiá, um engenho de açúcar no Vale do Sirijí. **Revista de História**. [S. l.], v. 50, n. 100, p. 609-626, 1974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132648>. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. A geografia e a produção do espaço no Brasil. **Boletim Recifense de Geografia. Geografia**, 3(6), 1982.

_____. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo. Ipespe/HUCITEC. 1995.

_____. O Homem do Nordeste. [Entrevista concedida a] José Corrêa Leite. **Teoria em debate**. Edição 45 de 01 de jul. de 2000.

BAHIA (Estado) Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **A política territorial do estado da Bahia: Histórico e Estratégias de Implementação**. V- 2.0/2022. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf. Acesso em 05 de mai. 2022.

BAHIA (Estado). Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. **Programa Territórios de Identidade**. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIV, n. 20353, 26 de agosto de 2010, seção 1, p. 28-30.

BRASILEIRO, M. G. M. A produção orgânica em Jacobina-BA: desafios para adquirir sua certificação. 85 p. **Monografia** (Licenciatura plena em Geografia). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV: Jacobina, 2013.

BUKHARIN, N. **Teoria do materialismo histórico**: ensaio popular de sociologia marxista. Cuaderno de pasado y presente. Córdoba, 1972.

_____. **Projeto de Promoção e fortalecimento das feiras agroecológicas solidárias do Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil**. (Documento) Projeto executivo – Convênio COASPI/SETRE/SESOL/BA, 2011.

CORRÊA, Roberto L. **A Rede Urbana**. São Paulo. Editora Ática. 1989.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Conselho Nacional de Estatística. **Jacobina, Bahia**. Brasília: Serviço Gráfico do IBGE, 1962.

JESUS, F. N. Da roça ao território: identidade e prática socioespacial quilombola de circularidade cosmogônica no Piemonte da Diamantina, Bahia. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas: Campinas-SP, 2019

MACHADO, T. A. **Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil.** GEOgraphia: Ano. 18 - Nº38 – 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boi Tempo editorial, 2004.

MIRANDA, C. A. S. Comunidade negra rural de coqueiros: trajetória, identidade e cultura. **Anais** (XIV Encontro Nacional de História Oral). Campinas, SP: UNICAMP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037_ARQUIVO_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf. Acesso em: 10 de set. 2022.

PTDSS, Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. **Território de Identidade Piemonte da Diamantina.** CODETER/ TIPD. Jacobina, 2017.

REFAS - Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte. **Cartilha da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte (REFAS Piemonte).** 1ª Edição: COFASPI, 2018.

SANTIAGO, J, P. A Geografia no Brasil: a contribuição de Manuel Correia de Andrade. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife-PE, 1990.

_____. O Espaço/ Território/ Solo (*Boden*) como possibilidade, propriedade e valor. In: **Espaço Geográfico e Geografia do Estado em Friedrich Ratzel.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

_____. **A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana.** In. Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. (1º CONGEO). Silva, Augusto César Pinheiro da. (Org.). Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

_____. Consciência do espaço: geografia, sociedade e educação. **Revista Geopolítica Transfronteiriça.** V. 1, nº 2, 2021, pp. 11-37, ISSN: 2527- 2349. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/2206>. Acesso em: 12 Set. 2021.

_____. O Espaço Geográfico como Totalidade Viva e Complexa em Reclus. In : **Terra Brasilis.** Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 2016. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/1877>. Acesso em: 10 de jun de 2022

_____. Totalidade, Estado-Nação, Formação Social, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica e o pensamento geográfico. In: **Geografia no século XXI.** Vol.7. Organização: Fabiane dos Santos. Belo Horizonte - MG: Poisson, 2022.

_____. “A Terra e o Homem no Nordeste, um clássico da geografia regional sobre a questão agrária. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul** . p. 38-60. V. III, No . 3, 2022

SANTOS, S. N. A. dos. Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). **Dissertação** (Mestrado em História) FFCH/UFBA: Salvador, 2011

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia uma Geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. HUCITEC, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, J. S. dos; SANTIAGO, J. P. **Feira agroecológica de jacobina como rede local de produção e comercialização no território piemonte da diamantina**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77911>>. Acesso em: 28 de dez de 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**, 2009.

SANTOS, R. M. dos. Mapeamento da desterritorialização etnolinguística no Sudeste e Leste do Brasil durante as primeiras invasões europeias (1500-1700EC). **Confins**, 2021.

SANTOS, F. L; SANTOS, S. N. A. dos. Os Payayá de jacobina: resistências e negociações nos sertões da Bahia (séculos XVI-XVII). **Pol. Hist. Soc.**, Vitória da Conquista, 2020.

LEMOS, D. A. **Jacobina, sua história e sua gente/memórias**. Jacobina, 1995.

LIMA, J. S. O sentido geográfico da identidade: metafenomenologia da alteridade Payayá / Jamille da Silva Lima. Universidade Estadual de Campinas - Biblioteca do Instituto de Geociências: Campinas-SP, 2019.

OLIVEIRA, E. de S; LUCINI, M. O pensamento Decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>. Acesso em: 21 de set. de 2022.

ZAMBERLAM, A. F. A luta pela terra no Brasil e a questão ambiental. In: **Agroecologia: caminhos de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ⁱ Ver ANDRADE, Manuel Correia de (1963), “Jundiá, um engenho de açúcar no vale do Siriji”, publicado na Revista de História USP em 1974. Ver também SANTIAGO, João Phelipe, “A Geografia no Brasil: a contribuição de Manuel Correia de Andrade”, dissertação de mestrado UFPE, impressa em 1990.

ⁱⁱ Não se trata de classificar o expoente Milton Santos, mas como o conteúdo de suas obras perpassam uma visão de mundo e do espaço geográfico que não se fixa só no materialismo histórico, mas se utiliza de sistemas lógicos que se conformam através do estruturalismo e de uma perspectiva funcional da organização e configuração do espaço, embora amalgamada numa lógica contraditória que produz as desigualdades e contradições quanto a produção do espaço geográfico.

ⁱⁱⁱ Classificação instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com o decreto o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Atribuída a grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme Decreto 6.040, art. 3º, § 1º.

^{iv} A decolonialidade como conceito constitui-se pela existência da colonialidade, e ambas estão ocultadas pela modernidade, que exerce um poder ilusório dentro de um sistema-mundo moderno capitalista. Assim, a decolonialidade em sua práxis atua como luta e resistência contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos e contra o padrão de poder, e a sua teorização se dá a partir da “construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas”, a exemplo da proposta de pensamento pós-abissal de Boaventura. (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 12)

^v De acordo com o Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, Art. 1º - Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal. (BAHIA, 2010)